

"Não há mágica contra violência", diz ministro

Márcio Thomaz Bastos diz que, apesar da "grande tragédia" de João Hélio, 6, governo federal está no caminho certo

Em entrevista, ele afirmou que "simplesmente" o aumento da pena não resolve os problemas da área de segurança pública

ANDRÉA MICHAEL
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Às vésperas de deixar o cargo, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, acredita que, apesar da "grande tragédia" que matou João Hélio, 6, -arrastado e morto pelas ruas do Rio- as ações do governo federal na área de segurança pública estão no caminho certo. Para ele, o governo deve seguir esse caminho, "sem solução mágica, sem achar que, mudando a lei, muda-se a realidade". Em entrevista à Folha, por telefone, o ministro disse que as ações pela segurança pública são um "processo" e transcendem o campo da repressão.



FOLHA - Que balanço o sr. faz sobre a atuação do governo Lula na segurança pública?

MÁRCIO THOMAZ BASTOS - O que fizemos, desde o começo, foi investir na construção de ferramentas: um Poder Judiciário mais eficiente; o sistema penitenciário federal, que está em construção; o SUSP (Sistema Único de Segurança Pública); e a Polícia Federal, que tem sido um forte instrumento no combate ao crime organizado.

FOLHA - Por que ainda acontecem episódios como o de João Hélio?

BASTOS - Esse caso é uma tragédia tão grande que não adianta nem falar. As palavras não funcionam numa tragédia como essa. São vãs e não comovem. Sem dúvida é um caso que merece a solidariedade de toda a sociedade. Quanto ao

governo, estamos agindo, com todas as dificuldades, com todas as carências de sempre. O governo hoje tem instrumentos para responder [à criminalidade], mas isso é um processo. Temos que intensificar [as ações] e continuar neste caminho, sem solução mágica, sem achar que, mudando a lei, muda-se a realidade. Não adianta condenar um sujeito a 40 anos de cadeia se o processo demora oito para ser julgado. Temos quatro projetos apoiados pelo Ministério da Justiça em tramitação na Câmara que são fundamentais: reforma do júri, dos ritos ordinário e sumário no processo penal e aumento do poder em relação às medidas cautelares.

FOLHA - Ao que parece, as "ferramentas" ainda não mostraram eficiência.

BASTOS - Para trazer essa violência a níveis suportáveis, o que se tem que fazer é desenvolver o país fora da repressão, criar emprego e investir maciçamente em educação. Isso o governo está fazendo.

FOLHA - O sr. acha que sua gestão foi eficiente no combate à violência?

BASTOS - As coisas estão sendo feitas da maneira que devem, ou seja, construindo instituições, sem pensar que, construindo leis, você muda a realidade. Toda vez que acontece uma tragédia como essa, pensa-se em aumentar as penas, mas não se pensa em aplicar as penas. É preciso simplificar o processo penal, de modo que as penas sejam aplicadas. Um processo de júri hoje no Brasil leva três, cinco, dez anos.

FOLHA - É o que deve acontecer com o caso de João Hélio?

BASTOS - Exatamente.

FOLHA - Qual sua avaliação sobre as mudanças nas penas para crimes hediondos aprovadas pela Câmara?

BASTOS - Aumentar pena, de uma maneira geral, eu acho que não resolve. Em um caso ou outro, você pode mexer. O ministério apresentou projetos de endurecimento, entre eles esse para crimes hediondos. Apresentamos projeto de endurecimento para o Regime Disciplinar Diferenciado, [no qual o preso fica isolado]. Mas o fundamental era ter cadeias de segurança máxima.